



JORNAL OFICIAL

Sexta-feira, 22 de setembro de 2023

I

Série

Número 175

3.º Suplemento

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Portaria n.º 774/2023

Primeira alteração à Portaria n.º 509/2023, de 11 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Intervenção F.8.3 - Apoio ao modo de produção biológico, do PEPAC - R.A. Madeira.

Portaria n.º 775/2023

Primeira alteração à Portaria n.º 504/2023, de 10 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Intervenção F.8.2 - Manutenção de muros de suporte de terras, do PEPAC - R.A. Madeira.

Portaria n.º 776/2023

Primeira alteração à Portaria n.º 502/2023, de 10 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Intervenção F.8.1 - Apoio ao Regime de Produção Integrada, do PEPAC - R.A. Madeira.

Portaria n.º 777/2023

Primeira alteração à Portaria n.º 500/2023, de 7 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Intervenção F.6.2 - Apoio a zonas com condicionantes naturais ou específicas - Porto Santo, do PEPAC - R.A. Madeira.

Portaria n.º 778/2023

Primeira alteração à Portaria n.º 499/2023, de 7 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Intervenção F.6.1 - Apoio a zonas com condicionantes naturais ou específicas - Madeira, do PEPAC - R.A. Madeira.

Portaria n.º 776/2023

de 22 de setembro

Sumário:

Primeira alteração à Portaria n.º 502/2023, de 10 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Intervenção F.8.1 - Apoio ao Regime de Produção Integrada, do PEPAC - R.A. Madeira.

Texto:

Primeira alteração à Portaria n.º 502/2023, de 10 de julho

Considerando que a Portaria n.º 502/2023, publicada no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, I.ª Série, número 127, de 10 de julho, estabelece o regime de aplicação da Intervenção F.8.1 - Apoio ao Regime de Produção Integrada, do Eixo F do Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal - PEPAC Portugal, na Região Autónoma da Madeira, adiante designado PEPAC - R.A. Madeira;

Considerando que, é necessário alterar a Portaria n.º 502/2023, de 10 de julho, de forma a efetuar alguns ajustamentos ao regime previsto naquele diploma mais consentâneos com os objetivos pretendidos.

Assim, manda o Governo Regional da Madeira, pelo Secretário Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, ao abrigo do disposto no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, na alínea a) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 12/2023, de 24 de fevereiro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2023/M, de 11 de abril, nas alíneas e) e l) do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2021/M, de 27 de agosto, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 10/2021/M, de 3 de novembro, 16/2021/M, de 20 de dezembro e 1/2023/M, de 6 de janeiro, no artigo 1.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2020/M, de 21 de janeiro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2022/M, de 21 de abril e ainda na alínea d) do artigo 69.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, revisto e alterado pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto e 12/2000, de 21 de junho, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

O presente diploma procede à primeira alteração à Portaria n.º 502/2023, de 10 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Intervenção F.8.1 - Apoio ao Regime de Produção Integrada, do PEPAC - R.A. Madeira.

Artigo 2.º
Alteração ao Anexo II da Portaria n.º 502/2023, de 10 de julho

O Anexo II da Portaria n.º 502/2023, de 10 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Intervenção F.8.1 - Apoio ao Regime de Produção Integrada, do PEPAC - R.A. Madeira, é alterado com a redação constante do Anexo I à presente portaria.

Artigo 3.º
Entrada em vigor e produção de efeitos

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, aos 21 de setembro de 2023.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, José Humberto de Sousa Vasconcelos

Anexo I
(a que se refere o artigo 2.º)

«ANEXO II
(a que se refere o n.º 5 do artigo 21.º)
Incumprimentos de compromissos da Intervenção F.8.1 – Apoio ao Regime de Produção Integrada

Compromissos/Outras Obrigações			Incumprimento				Redução/exclusão			
	Descrição	Âmbito de Aplicação	Qualificação (1)	Duração dos efeitos ou possibilidade de lhes pôr termo	Gravidade – importância e consequências do incumprimento atendendo aos objetivos do compromisso	Extensão – efeito do incumprimento no compromisso no seu conjunto	Recorência em função do número de anos de incumprimento nos compromissos plurianuais	Número de incumprimentos ao longo do compromisso	Redução (2)	Exclusão (3)
Artigo 10.º n.º1 a)	Cumprir a regulamentação relativa ao Regime de Produção Integrada, estando sujeitos, quando aplicável, a controlo por parte do Organismo de Controlo e Certificação (OC)	Área sob compromisso	Básico (B)	Dura menos de 1 ano e é possível erradicar por meios azoáveis	Proporcional ao incumprimento	Proporcional ao incumprimento	1 ou mais	1 ou mais	Sanção proporcional com tolerância de 10%. A redução da área sob compromisso >10%, quando da apresentação do pedido de pagamento anual, determina a devolução proporcional dos apoios recebidos desde o início do compromisso.	Exclusão da medida no ano em que é detetado o incumprimento e no ano seguinte. Devolução total dos apoios recebidos desde o início do compromisso
Artigo 10.º n.º1 b)	Manter os critérios de elegibilidade, durante todo o período do compromisso	Área sob compromisso	Essencial (E)	Dura mais de 1 ano e é difícil a erradicação por meios azoáveis	Elevado	Excludente	N/A	N/A	100% da ajuda	Exclusão da medida no ano em que é detetado o incumprimento e devolução total dos apoios recebidos desde o início do compromisso

«Anexo II
(a que se refere o n.º 5 do artigo 21.º)»
Incumprimentos de compromissos da Intervenção F.8.1 – Apoio ao Regime de Produção Integrada

Compromissos/Outras Obrigações				Incumprimento			Redução/exclusão		
Descrição	Âmbito de Aplicação	Qualificação (1)	Duração dos efeitos ou possibilidade de lhes pôr termo	Gravidade – importância e consequências do incumprimento atendendo aos objetivos do compromisso	Extensão – efeito do incumprimento no compromisso no seu conjunto	Recorência em função do número de anos de incumprimento nos compromissos plurianuais	Número de incumprimentos ao longo do compromisso	Redução (2)	Exclusão (3)
Artigo 10.º n.º 1 c) Manter a) (e) subparceia (e) sob compromisso em Produção Integrada	Área sob compromisso	Básico (B)	Dura menos de 1 ano e é possível erradicar por meios razoáveis	Proporcional ao incumprimento	Proporcional ao incumprimento	1 ou mais	1 ou mais	Sanção proporcional com tolerância de 10%. A redução da área sob compromisso >10%, quando da apresentação do pedido de pagamento anual, determina a devolução proporcional dos apoios recebidos desde o início do compromisso. A nota (2) não se aplica a esta redução	Exclusão da medida no ano em que é detetado o incumprimento e no ano seguinte. Devolução total dos apoios recebidos desde o início do compromisso

«Anexo II
(a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º)
Incumprimentos de compromissos da Intervenção F.8.1 – Apoio ao Regime de Produção Integrada

Compromissos/Outras Obrigações						Incumprimento			Redução/exclusão		
	Descrição	Âmbito de Aplicação	Qualificação (1)	Duração dos efeitos ou possibilidade de lhes pôr termo	Gravidade – importância e consequências do incumprimento atendendo aos objetivos do compromisso	Extensão – efeito do incumprimento no compromisso no seu conjunto	Recorência em função do número de anos de incumprimento ou nos compromissos plurianuais	Número de incumprimentos ao longo do compromisso	Redução (2)	Exclusão (3)	
Artigo 10.º n.º 1 d)	Manter atualizado um registo em caderno de campo das variedades efetuadas na(s) subparcela(s) e espécies pecuárias abrangidas por Produção Integrada	Área sob compromisso	Secundário (S)	Não relevante	Baixo	Reduzido	1	1	5% da ajuda no ano em que se verifica	Exclusão da medida no ano em que é detetado o incumprimento e no ano seguinte e devolução total dos apoios recebidos desde o início do compromisso	
								2 ou mais	10% da ajuda no ano em que se verifica		
Artigo 10.º n.º 1 e)	Consevar os comprovativos dos produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes adquiridos bem como os boletins de análise de terra, água e material vegetal, anexando-o ao registo das variedades	Área sob compromisso	Secundário (S)	Não relevante	Baixo	Reduzido	1	1	5% da ajuda no ano em que se verifica	Exclusão da medida no ano em que é detetado o incumprimento e no ano seguinte e devolução total dos apoios recebidos desde o início do compromisso	
								2 ou mais	10% da ajuda no ano em que se verifica		
									15% da ajuda no ano em que se verifica		

<p>Artigo 10.º n.º 2</p>	<p>Os beneficiários devem ainda cumprir, no caso de culturas permanentes regadas, com exceção da vinha, com as seguintes condições:</p> <p>a) Realizar análises de terra, que inclua teor de matéria orgânica, no decurso do quarto ano de compromisso;</p> <p>b) Manter o revestimento vegetal natural ou semeado das entrelinhas;</p> <p>c) Utilizar na sementeira somente técnicas de mobilização mínima do solo na entrelinhas;</p> <p>d) Controlar o desenvolvimento vegetativo da entrelinha através de cortes, sem enterramento e sem utilização de herbicidas</p>	<p>Área da subparcela</p>	<p>Básico (B)</p>	<p>Dura menos de 1 ano e é possível enraizar por meios azoótricos</p>	<p>Elevado</p>	<p>Excludente</p>	<p>1 ou mais</p>	<p>1 ou mais</p>	<p>100% da ajuda da subparcela no ano em que se verifica o incumprimento</p>	<p>Exclusão da medida no ano em que é detetado o incumprimento e no ano seguinte e derrogação total dos apoios recebidos desde o início do compromisso</p>
---------------------------------	---	---------------------------	-----------------------	---	----------------	-------------------	------------------	------------------	--	--

<p>Artigo 10.º n.º 3</p>	<p>Os beneficiários devem ainda manter, em cada ano do compromisso, a exploração com níveis de encabeçamento de bovinos, ovinos e caprinos, do próprio ou de outrem, expressos em Cabeças Normas (CN) por hectare de Superfície Agrícola, inferiores a</p> <p>a) 3 CN/ha de superfície agrícola, no caso de explorações com dimensão igual ou inferior a 2 ha de superfície agrícola,</p> <p>b) 2 CN/ha de superfície agrícola, no caso de explorações com dimensão superior a 2 ha de superfície agrícola.</p>	<p>Área da exploração</p>	<p>Básico (B)</p>	<p>Dua menos de 1 ano e é possível erradicar por meios razoáveis</p>	<p>Proporcional ao incumprimento</p>	<p>Proporcional ao incumprimento</p>	<p>1 ou mais</p>	<p>1 ou mais</p>	<p>Redução proporcional da ajuda no ano em que se verifica o incumprimento (Redução aplicada = limite verificado - limite encabeçamento) / limite encabeçamento]</p>	<p>Exclusão da medida no ano em que é detetado o incumprimento e no ano seguinte e devolução total dos apoios recebidos desde o início do compromisso</p>
<p>Artigo 11.º n.º 6</p>	<p>Cumprir com os requisitos a serem plasmados em Despacho do Secretário Regional com a tutela da agricultura, onde serão estabelecidas as Especificidades à Certificação do Exercício da Atividade Pecúaria em Produção Integrada na EALM</p>	<p>Área sob compromisso</p>	<p>Básico (B)</p>	<p>Dua menos de 1 ano e é possível erradicar por meios razoáveis</p>	<p>Proporcional ao incumprimento</p>	<p>Proporcional ao incumprimento</p>	<p>1 ou mais</p>	<p>1 ou mais</p>	<p>Sanção proporcional com tolerância de 10%. A redução da área sob compromisso >10% aquando da apresentação do pedido de pagamento anual, determina a devolução proporcional dos apoios recebidos desde o início do compromisso.</p> <p>A nota (2) não se aplica a esta redução</p>	<p>Exclusão da medida no ano em que é detetado o incumprimento e no ano seguinte. Devolução total dos apoios recebidos desde o início do compromisso</p>

(1) Qualificação dos compromissos em: a) "Compromisso Essencial (E)" sendo aquele cujo incumprimento acarreta consequências relevantes para os objetivos das ações, cujo efeito dure mais de um ano e seja de difícil erradicação por meios razoáveis. b) "Compromisso Básico (B)" sendo aquele cujo incumprimento acarreta consequências importantes para os objetivos das ações, cujo efeito dure menos de um ano e seja possível erradicar por meios razoáveis. c) "Compromisso Secundário (S)" sendo aquele cujo incumprimento não se enquadra nas classificações de Essencial ou Básico.

(2) Para efeitos da fixação da redução aplicável, caso se verifique mais que um incumprimento, é aplicada a taxa de redução que for mais penalizadora ao nível da subparceira, da exploração ou do compromisso, sendo excluídos os compromissos opcionais.

(3) A exclusão só é aplicável se, mediante a avaliação global baseada nos critérios da extensão, gravidade, recorrência e duração, for determinado um incumprimento grave, e ainda em caso de apresentação de elementos de prova falsos a fim de receber o apoio ou de não prestação de informações necessárias por negligência.»